



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. Conforme artigo 85 do Regimento Interno da Câmara, a Ata será lavrada com a sinopse dos trabalhos, ressaltando que as gravações das reuniões são disponibilizadas no Canal Oficial da Câmara no Youtube, permitindo a qualquer interessado recuperar o conteúdo na íntegra. No dia vinte e oito de outubro de dois mil e vinte e cinco, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Thiago Felipe de Almeida – Presidente, Joselino Santana Dias – Vice-Presidente e Cláudio José de Deus – Secretário. Atendendo solicitação do Senhor Presidente, o Senhor Secretário realizou a chamada dos vereadores presentes. Constatou-se a existência de número legal, verificando-se a presença dos vereadores: Abner Henrique Santana Soares, Adilson Moraes Braga, Álvaro Alonso Perez Moraes de Azevedo, Anísio Clemente Filho, Cláudio José de Deus, Danúbio de Souza Machado, Gliverson Júnio Dias Marques, Mael, Joselino Santana Dias, Nilton da Cruz Oliveira, Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro, Silvânio Aguiar Silva, Thiago Felipe de Almeida, Viviane Gomes de Matos, Wesley de Jesus Silva. Sob a proteção de Deus e em nome do povo nova-limense, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Logo após, comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia quatorze de outubro de dois mil e vinte e cinco foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-as em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata por quatorze votos. O vereador Adilson Moraes Braga voltou a abordar a situação do Hospital Nossa Senhora de Lourdes, informando



sobre a mudança na presidência, agora sob comando de Dalmar Pimenta, e destacando que as denúncias feitas anteriormente começam a se confirmar. Relatou a existência de indícios de cobranças indevidas a pacientes atendidos pelo SUS, apresentando comprovantes de pagamentos feitos a médicos e à fundação mantenedora do hospital, apesar de a internação ter sido pública e gratuita. Diante da gravidade dos fatos, afirmou que encaminhará o caso diretamente ao Ministério Público, por considerar que há possível ocorrência de crimes como apropriação indébita e desvio de recursos federais. Mencionou insatisfação dos funcionários e problemas na gestão administrativa e financeira da instituição, cobrando maior transparência e fiscalização sobre a aplicação das verbas públicas destinadas ao hospital. Por fim, deu boas-vindas ao novo presidente e sugeriu que ele compareça à Câmara para prestar esclarecimentos sobre a atual situação da entidade e os rumos da nova administração. O Senhor Secretário proferiu leitura da correspondência recebida do Prefeito Municipal João Marcelo Dieguez Pereira. Ofício nº 589/2025. Ao Presidente da Câmara. C/C à Vice-Prefeita Municipal. Assunto: formaliza afastamento do Prefeito para missão oficial no exterior. Período: de 25 a 31 de outubro de 2025. O vereador Wesley de Jesus Silva, autorizado pelo Senhor Presidente, utilizou o tempo como Líder da Minoria, registrou nota de repúdio e proferiu leitura: “Nota de repúdio e pedido de esclarecimentos. No dia 24 de outubro de 2025, durante o lançamento de um livro elaborado por professoras da rede municipal, realizado no Teatro Municipal de Nova Lima, o Secretário Municipal de Educação, Sr. Marcos Evangelista, proferiu declarações que geraram desconforto e indignação entre alguns presentes, em razão do



teor inadequado e desrespeitoso de suas afirmações sobre os profissionais da educação. Assim, o vereador que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem a público manifestar repúdio às declarações proferidas pelo Secretário. A ocasião, marcada por um legítimo espírito de celebração e reconhecimento ao trabalho das educadoras nova-limenses, foi lamentavelmente conduzida a um tom inadequado diante das falas do secretário. Logo no início, ao confundir a cidade anfitriã com Belo Horizonte, o secretário demonstrou desconhecimento e distanciamento da realidade local, o que gerou evidente desconforto entre os presentes. Em seguida, embora tenha reconhecido o valor da obra e elogiado as professoras, o secretário passou a tecer críticas severas à formação dos profissionais da educação de Nova Lima, afirmando que “a má formação docente resulta em alunos mal formados” e que muitos professores não se formam em instituições de qualidade ou não buscam aperfeiçoamento. Tais afirmações, além de infelizes e descontextualizadas, revelam falta de sensibilidade e de respeito com a categoria docente, especialmente em um momento voltado à valorização e à celebração do trabalho dos profissionais da rede municipal. O discurso do secretário reforçou uma visão elitista e descolada da realidade das escolas públicas, ignorando os desafios enfrentados diariamente por professores que, com dedicação e esforço, fazem da educação pública de Nova Lima um exemplo de compromisso e superação. É inadmissível que um gestor público utilize um espaço de homenagem para desqualificar os educadores, atribuindo-lhes culpa pela qualidade do ensino, sem apresentar dados técnicos, diagnósticos pedagógicos ou políticas concretas de formação continuada. Diante



da gravidade e repercussão das falas, requeiro que Vossa Excelência, como presidente da Câmara de Vereadores, requeira que o Secretário Municipal de Educação, Sr. Marcos Evangelista, apresente as seguintes informações oficiais: 1. Quais são as condições técnicas e pedagógicas atualmente observadas entre os profissionais da rede municipal de ensino, de acordo com levantamentos internos da Secretaria de Educação; 2. Se existe avaliação periódica de desempenho ou qualificação docente, e, em caso afirmativo, quais os critérios, a periodicidade e os resultados obtidos; 3. Quais são as ações, programas e cronogramas de formação e aperfeiçoamento profissional atualmente em andamento ou planejados pela Secretaria de Educação; 4. Quais as formas de contratação dos profissionais da educação atualmente utilizadas, especificando a proporção entre servidores concursados e contratados temporariamente; 5. O número total de professores concursados nomeados desde o início da atual gestão e o número de contratos temporários em vigor, com a relação nominal dos profissionais contratados e respectivos vínculos funcionais. Tais informações são imprescindíveis para garantir a transparência da gestão pública, o respeito aos educadores e a formulação de políticas efetivas de valorização profissional, condizentes com o discurso de excelência que o próprio secretário reivindica”. A nota de repúdio e pedido de esclarecimentos foi encaminhada à Procuradoria da Câmara. Os vereadores Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro e Danúbio de Souza Machado destacaram que a fala do Secretário de Educação foi interpretada de forma equivocada, tratando-se de uma reflexão geral sobre os desafios da formação docente no Brasil, e não de crítica aos profissionais de Nova Lima. Ressaltaram



o trabalho positivo desenvolvido pela secretaria, especialmente nas ações de formação continuada e fortalecimento da Casa do Educador. O vereador Silvânio Aguiar Silva defendeu o conjunto das ações da Secretaria de Educação, elogiando os avanços obtidos e observando que a crítica deve sempre se basear em indicadores técnicos. A vereadora Viviane Gomes de Matos reforçou que o secretário abordou a realidade nacional da formação de professores, defendeu o diálogo com os profissionais que se sentiram incomodados e destacou o empenho do município e da Câmara na valorização e capacitação dos educadores, inclusive com a criação de bolsas de mestrado custeadas por emendas impositivas. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Lei nº 2.622/2025, autoria dos vereadores Wesley de Jesus Silva e Gliverson Júnio Dias Marques, que “Dispõe sobre a declaração de área de interesse ambiental e a proteção integral do Morro do BNH, situado entre os bairros Jardim da Américas, Quintas, Quintas II e Chácara Silveira Ramos, no município de Nova Lima/MG, e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 2) Projeto de Lei nº 2.623/2025, autoria do vereador Cláudio José de Deus, que “Altera a Lei Municipal 3.144, de 8 de abril de 2024, para incluir a Avenida Toronto, localizada no Bairro Jardim Canadá, no rol das vias com parâmetros urbanísticos específicos, estabelecendo o recuo frontal mínimo de cinco metros para edificações situadas na referida via”. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Cláudio José de Deus, aprovou por quatorze votos a confecção de parecer conjunto. O Senhor Presidente encaminhou o Projeto de Lei



CÂMARA MUNICIPAL

NOVA LIMA

nº 2.623/2025 às comissões: Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. 3) Projeto de Lei nº 2.624/2025, autoria do vereador Gliverson Júnio Dias Marques, que “Inclui os Campeonatos de Judô no Calendário Esportivo Oficial do Município de Nova Lima e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 4) Projeto de Lei nº 2.625/2025, autoria do vereador Anísio Clemente Filho, que “Autoriza a criação do Centro de Bem-Estar Animal no Município de Nova Lima e dá outras providências”. Retirado de pauta pelo autor. 5) Projeto de Lei nº 2.626/2025, autoria do vereador Danúbio de Souza Machado, que “Inclui no Calendário Oficial de Eventos de Nova Lima a ‘Festa da Família’ e dá outras providências”. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Danúbio de Souza Machado, aprovou por treze votos a confecção de parecer conjunto. O Senhor Presidente encaminhou o Projeto de Lei nº 2.626/2025 às comissões: Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. 6) Projeto de Lei nº 2.628/2025, autoria do vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro, que “Cria, no âmbito do Município de Nova Lima, a política pública permanente de bem-estar e desenvolvimento integral dos profissionais da educação, denominada ‘Casa do Educador’, e dá outras providências”. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro, aprovou por treze votos a confecção de parecer conjunto. O Senhor Presidente encaminhou o Projeto de Lei nº 2.628/2025 às comissões: Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais;



Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão de Participação Popular referente ao Projeto de Lei nº 2.606/2025, autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, que “Dá denominação à via pública que menciona” – Rua da Acácias. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. 2) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 2.611/2025, autoria do vereador Anísio Clemente Filho, que “Institui a Semana Municipal de Atenção ao Idoso no âmbito do Município de Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Anísio Clemente Filho, aprovou por treze votos a dispensa de pareceres e interstícios para a votação do projeto na presente reunião. 3) Parecer da Comissão de Segurança Pública, Trânsito e Transporte referente ao Projeto de Lei nº 2.614/2025, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Institui, no âmbito do Município de Nova Lima, medidas de prevenção e combate à violência patrimonial contra idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade, e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Direitos Humanos. 4) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 2.615/2025, autoria do vereador Mael, que “Denomina e integra ao sistema viário do Município de Nova Lima a Rua Raimundo Ferreira da Silva, localizada em Honório Bicalho, e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário, consultado pelo Senhor



Presidente, conforme solicitação do vereador Mael, aprovou por treze votos a dispensa de pareceres e interstícios para a votação do projeto na presente reunião. 5) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 2.617/2025, autoria do vereador Nilton da Cruz Oliveira, que “Dispõe sobre a instituição da política municipal de fomento à economia circular e à gestão sustentável de resíduos sólidos no município de Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Direitos Humanos. 6) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 2.619/2025, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Institui o “Dia Municipal do Choro” no Município de Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Participação Popular. 7) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 2.609/2025, autoria do Poder Executivo, que “Altera parcialmente a Lei Municipal nº 3.193, de 31 de dezembro de 2024, acrescentando ao quadro contido no artigo 1º a entidade que indica, para recebimento de subvenções, contribuições e/ou auxílios financeiros”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Silvânio Aguiar Silva, aprovou por treze votos a confecção de parecer conjunto. O Senhor Presidente encaminhou o Projeto de Lei nº 2.609/2025 às comissões: Orçamento, Finanças e Tomada de Contas, e Desenvolvimento Econômico. O vereador Wesley de Jesus Silva solicitou ao presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas, vereador Joselino Santana Dias, atenção aos



pedidos de diligência por ele protocolados no gabinete, a fim de que o projeto em análise seja apreciado com maior segurança. 8) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Em Defesa da Juventude, da Criança e do Adolescente referente ao Projeto de Lei nº 2.621/2025, autoria do vereador Danúbio de Souza Machado, que “Institui no Calendário Oficial de Eventos do Município a Semana da Educação de Nova Lima e dá outras providências”. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei nº 2.582/2025, autoria do vereador Adilson Moraes Braga, que “Fixa prazo aos hospitais públicos e privados para disponibilização de cópia do prontuário médico mediante solicitação”. Nenhum vereador se manifestou na discussão. Em primeira votação, aprovado por doze votos. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Adilson Moraes Braga, aprovou por doze votos a dispensa de interstício para a segunda votação do projeto na presente reunião. Nenhum vereador se manifestou na segunda discussão. Em segunda e última votação, aprovado por doze votos e encaminhado à sanção. 2) Projeto de Decreto Legislativo nº 486/2025, autoria do vereador Mael, que “Concede o Título de Cidadão Honorário ao Sr. Antônio Marciano Fernandes”. O Senhor Presidente comunicou que o Projeto de Decreto Legislativo nº 486/2025 foi retirado de pauta. Conforme deliberação do Plenário, o Senhor Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.611/2025, autoria do vereador Anísio Clemente Filho, que “Institui a Semana Municipal de Atenção ao Idoso no âmbito do Município de Nova Lima e dá outras providências”. Nenhum vereador se



manifestou na discussão. Em primeira votação, aprovado por treze votos. Nenhum vereador se manifestou na segunda discussão. Em segunda e última votação, aprovado por treze votos e encaminhado à sanção. Conforme deliberação do Plenário, o Senhor Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.615/2025, autoria do vereador Mael, que “Denomina e integra ao sistema viário do Município de Nova Lima a Rua Raimundo Ferreira da Silva, localizada em Honório Bicalho, e dá outras providências”. Nenhum vereador se manifestou na discussão. Em primeira e única votação, aprovado por treze votos e encaminhado à sanção. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) Autoria do vereador Adilson Moraes Braga: Requer ao Poder Executivo a instalação de faixa de pedestre com passagem elevada na Avenida José Bernardo de Barros, próximo ao Sacolão ABC e ao Sacolão Máximo. Aprovado, doze votos. 2) Autoria do vereador Danúbio de Souza Machado: Requer ao Prefeito Municipal a construção de uma Capela de Velório Pública nas dependências do cemitério localizado no Bairro Santa Rita, atendendo à uma dupla necessidade: 1. Conforto e justiça social: a ausência de uma estrutura de velório próxima impõe um custo logístico, financeiro e emocional desnecessário aos moradores do Bairro Santa Rita e regiões adjacentes, ao ter um espaço adequado e acessível no próprio bairro, as famílias são poupadas de longos e custosos deslocamentos, no momento do luto. 2. Dignidade e amparo comunitário: o velório é um ritual social crucial para a saúde emocional. A Capela garantirá um ambiente de acolhimento, dignidade e respeito para a última homenagem, facilitando que a rede de apoio social (vizinhos e amigos) da comunidade local se mobilize e preste o suporte



necessário à família enlutada, fortalecendo os laços comunitários em um momento de dor. Com a permissão do vereador Danúbio, o vereador Mael assinou o requerimento, que foi aprovado por onze votos. 3) Autoria do vereador Wesley de Jesus Silva: solicita providências urgentes em relação à situação dos profissionais vinculados à FAENOL, instituição que há décadas presta relevantes serviços à população nova-limense, sobretudo nas áreas de saúde. Historicamente, a FAENOL sobreviveu exclusivamente do apoio financeiro da Prefeitura Municipal, seja por meio de recursos diretos das Secretarias de Saúde, seja através de subvenções públicas anuais. Nesse contexto, embora esses profissionais tenham prestado serviços de natureza permanente e essencial, sempre o fizeram em condições análogas as dos servidores contratados do Município, sem, contudo, terem acesso aos mesmos direitos e benefícios trabalhistas. Ao longo dos anos, essa realidade acabou por configurar grave atentado e fraude aos direitos dos trabalhadores, uma vez que a natureza das atividades e o vínculo funcional mantido guardavam equivalência com o serviço público direto, sem a correspondente garantia de direitos. Nos últimos anos, a instituição passou por alterações significativas, tendo se transformado em fundação pública de direito público e, mais recentemente, em serviço social autônomo, conforme Lei Municipal nº 3.156/2024 e Decreto nº 15.808/2025. Essa nova modelagem institucional, contudo, trouxe profunda insegurança jurídica e social aos profissionais, que hoje vivem uma situação de extrema incerteza quanto à manutenção de seus empregos e ao recebimento das verbas rescisórias. Os trabalhadores da FAENOL já foram comunicados de que serão desligados, mas sem qualquer definição de prazos ou

cronograma, o que tem causado verdadeiro sofrimento. Na prática, vivem sob uma espécie de “aviso prévio com prazo indeterminado”, situação inaceitável sob a ótica dos direitos humanos e trabalhistas. Diferentemente do aviso prévio regular, em que o empregado sabe o último dia trabalhado e tem direito à redução de jornada para buscar nova colocação, esses servidores não sabem quando serão dispensados, se receberão o acerto e, caso consigam novo emprego, ainda perdem o direito às verbas rescisórias, se precisarem pedir demissão. Isso gera um quadro de completa paralisia e angústia: “estar em aviso prévio e não poder procurar um novo emprego porque vão perder o acerto”. Importante registrar que o trabalho desempenhado na FAENOL é altamente técnico e especializado, exigindo formação e experiência profissional diferenciadas. Entre seus quadros há servidores com décadas de dedicação, com currículos notáveis e extensas qualificações. Apesar disso, os salários são baixos, desatualizados e incompatíveis com a complexidade das funções, sem qualquer reajuste nos últimos anos, realidade que contrasta com a remuneração elevada de cargos de direção e assessoramento, de livre nomeação política, gerando uma desproporcionalidade evidente e injusta. Para agravar a situação, conforme balanço financeiro apresentado pela própria Fundação à Câmara Municipal, a FAENOL não dispõe de recursos suficientes para promover o pagamento dos acertos rescisórios de seus funcionários. Assim, é inequívoco que a responsabilidade pela quitação dessas verbas deve recair sobre o Município de Nova Lima, uma vez que foi o ente público que se beneficiou direta e continuamente dos serviços prestados ao longo de décadas, sem lhes garantir vínculo formal e proteção jurídica adequada. Propõe



adoção imediata das seguintes medidas: 1. Reconhecimento da responsabilidade do Município de Nova Lima pelo pagamento das verbas rescisórias de todos os trabalhadores da FAENOL, inclusive FGTS, férias proporcionais e 130 salário; 2. Celebração de um Termo de Compromisso entre a Prefeitura Municipal e a FAENOL, assegurando expressamente que os profissionais que optarem pelo desligamento imediato tenham garantido o pagamento integral de todas as verbas rescisórias, inclusive depósitos fundiários e indenizações cabíveis; 3. Instituição de uma Campanha de Desligamento Premiado, garantindo bonificação proporcional ao tempo de serviço para os profissionais que permanecerem até a efetiva transição para o novo modelo jurídico; 4. Encerramento formal dos vínculos existentes, de forma transparente e planejada, seguido da possibilidade de novos contratos com os mesmos profissionais, conforme a nova personalidade jurídica e o regime legal que vier a ser adotado. Essas medidas representam não apenas um ato de justiça social e moral, mas também uma resposta Institucional necessária para reparar distorções históricas e evitar litígios futuros decorrentes da violação de direitos trabalhistas. Aprovado, doze votos. O vereador Álvaro Alonso Perez Moraes de Azevedo propôs requerimento, solicitando ao Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que realize análise técnica e orçamentária quanto ao valor necessário para dar continuidade, até o final do exercício, às ações e atendimentos voltados à causa animal no município. Explicou que o orçamento anual da pasta destinado a despesas vinculadas à causa animal já se encontra esgotado, o que tem comprometido a execução de serviços e atendimentos prestados pelas clínicas veterinárias



conveniadas à Prefeitura de Nova Lima, inviabilizando parte das ações previstas no âmbito da Política Municipal de Saúde e Bem-Estar Animal (SUS Animal), instituída por lei de sua autoria. Destacou que a Câmara Municipal, por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), autorizou o Executivo a efetuar até 30% de livre remanejamento orçamentário, o que possibilita ajustes internos sem necessidade de autorização legislativa adicional. Assim, solicitou ao prefeito que utilize essa prerrogativa para remanejar recursos e garantir a continuidade dos serviços de atendimento veterinário e demais ações de proteção animal, até o encerramento do exercício financeiro. Reforçou a importância da medida para aliviar a sobrecarga enfrentada por protetores, tutores e entidades de defesa animal, garantindo o pleno funcionamento da política pública municipal voltada à causa, até que o novo orçamento do próximo exercício seja aprovado e executado. Com a permissão do vereador Álvaro, o vereador Danúbio de Souza Machado assinou o requerimento, que foi aprovado por doze votos. O vereador Mael propôs requerimento, solicitando ao Executivo Municipal, por meio da Secretaria de Segurança e Mobilidade Urbana, que interceda junto ao Governo do Estado de Minas Gerais e demais órgãos competentes, visando à instalação de redutores de velocidade (quebra-molas, faixa de pedestres elevadas ou dispositivos eletrônicos) no trecho que liga os bairros Nova Suíça, Honório Bicalho e Santa Rita, neste Município. Explicou que se trata de uma via de grande fluxo de veículos e pedestres, utilizada diariamente por moradores, estudantes e trabalhadores, e que, infelizmente, tem registrado ocorrências graves de acidentes, e que, neste último final de semana, lamentavelmente, houve mais

um óbito no local, fato que reforça a urgência de intervenções para reduzir a velocidade e ampliar a segurança viária. Afirmou que, além da velocidade excessiva, outro grave problema relatado pela comunidade é a presença constante de animais de grande porte soltos na pista, representando risco permanente aos motoristas e motociclistas. Solicita também à referida Secretaria que intensifique as ações de fiscalização e apreensão de animais abandonados em vias e espaços públicos, em articulação com os órgãos e setores responsáveis. Destacou que ainda que o trecho mencionado seja de responsabilidade do Estado, é fundamental que o Município, por meio da Secretaria de Segurança e Mobilidade Urbana, abrace essa demanda e atue como intermediário junto aos órgãos estaduais competentes, a fim de garantir a integridade física e a segurança dos usuários. Requer que sejam adotadas as medidas cabíveis, incluindo estudos técnicos, notificações e encaminhamentos oficiais, para que sejam implementadas ações eficazes de redução de velocidade e controle de animais soltos nesse importante eixo viário. Os vereadores Silvânio Aguiar Silva, Joselino Santana Dias, Cláudio José de Deus, Danúbio de Souza Machado e Álvaro Alonso Perez Moraes de Azevedo parabenizaram o vereador Mael pela iniciativa e discutiram o requerimento, que foi aprovado por 11 votos, em nome da Casa. O vereador Joselino Santana Dias propôs requerimento, solicitando ao Poder Executivo que seja instalada uma faixa elevada, quebra-molas, redutor de velocidade ou radar nas proximidades do acesso ao bairro Estância dos Gabirobas. Justificou o pedido ressaltando que o bairro Estância dos Gabirobas tem apresentado significativo crescimento populacional e comercial, o que resultou no aumento expressivo do fluxo de veículos e



pedestres na região. Mencionou ainda que três empresas e um espaço de festas recentemente inaugurado estão situados próximos ao ponto de acesso, contribuindo para o tráfego intenso, especialmente em finais de semana e feriados, tornando o local potencialmente perigoso para motoristas e pedestres. Aprovado, onze votos. O vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro propôs requerimento, solicitando encaminhamento de moção de aplausos às Guardas de Congado de Marujo de Nossa Senhora Aparecida, capitaneada pela Sra. Maria Cândida, e à Guarda de Marujo de Nossa Senhora do Rosário, capitaneada pelo Sr. Berico, em reconhecimento ao relevante trabalho cultural, religioso e social desenvolvido por ambas instituições. Destacou a importância histórica e simbólica da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, recentemente restaurada com recursos públicos e da paróquia, ressaltando que a história real de Nova Lima passa pela construção desse templo, marco fundamental da identidade e da fé da comunidade local. Registrou o sucesso da tradicional Festa de Nossa Senhora do Rosário, realizada no último fim de semana, que reuniu mais de duzentos congadeiros de diversas regiões de Minas Gerais, em um evento marcado por fé, cultura e valorização das tradições afro-brasileiras. Enalteceu o esforço e dedicação das Guardas, que, ao longo do ano, participam de celebrações em outras localidades, enfrentando desafios logísticos e financeiros para manter viva essa manifestação cultural. Com a permissão do vereador Pedro, o vereador Danúbio de Souza Machado assinou o requerimento, que foi aprovado por onze votos. O vereador Wesley de Jesus Silva propôs requerimento, solicitando encaminhamento de moção de aplausos ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de



Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto do Estado de Minas Gerais – Sindágua, em reconhecimento à atuação firme e comprometida da entidade na defesa da Copasa e dos direitos dos trabalhadores do setor. Manifestou repúdio à decisão da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que, na última semana, aprovou a retirada do direito de realização de referendo popular sobre o processo de privatização da Copasa, medida que, segundo ele, tolhe o direito do cidadão mineiro de se posicionar democraticamente. Declarou total insatisfação com a decisão política adotada pelo Estado e reafirmou sua posição contrária à privatização da empresa pública, lembrando que mantém esse posicionamento desde sua candidatura a deputado estadual. Ressaltou o trabalho árduo e o empenho do Sindágua e dos profissionais da Copasa na mobilização e sensibilização dos parlamentares estaduais para impedir a aprovação definitiva da privatização, destacando que o sindicato tem exercido papel essencial na defesa do saneamento público, da soberania estadual e dos interesses da população mineira. Com a permissão do vereador Wesley, os vereadores Silvânio Aguiar Silva, Danúbio de Souza Machado e Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro assinaram o requerimento, que foi aprovado por onze votos. O vereador Danúbio de Souza Machado propôs requerimento, solicitando encaminhamento de moção de aplausos ao Secretário Municipal de Esporte e Lazer, Stéfano, e a toda a equipe da Secretaria, bem como ao Comando da Guarda Civil Municipal de Nova Lima, representado pelo comandante Odilei e pelo subcomandante Rodrigues, em reconhecimento à excelente condução da Corrida da Guarda Civil Municipal realizada neste ano. Destacou que o evento foi



marcado por uma organização exemplar e um sentimento especial de valorização da segurança pública, especialmente durante o lançamento do turno operacional da Guarda, momento em que foi realizada uma apresentação simbólica e emocionante, que expressou o compromisso e o orgulho dos servidores da corporação. Ressaltou ainda que a corrida se consolidou como um evento tradicional e de grande relevância para a cidade, promovendo integração, valorização profissional e aproximação da população com a Guarda. Com a permissão do vereador Danúbio, o vereador Mael assinou o requerimento, que foi aprovado por onze votos. O vereador Cláudio José de Deus propôs requerimento, solicitando encaminhamento de moção de aplausos à servidora Daiane Meire de Castro, enfermeira, graduada pela Universidade José do Rosário Vellano (Unifenas), em 2009. É especialista em saúde coletiva pela Universidade Federal de Minas Gerais, em Governança Pública e em Gestão de Sistema de Serviço de Saúde pela Universidade de Brasília, além de ser mestre em saúde pública pela Faculdade de Medicina da UFMG. Ingressou no serviço público municipal em fevereiro de 2011, por meio de concurso público, assumindo o cargo de enfermeira do Programa Saúde na Família, atuando de 2011 a 2017 na Unidade Básica de Saúde do Jardim Canadá. Em julho de 2017, foi convidada a assumir a diretoria do Departamento de Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde, função em que demonstrou liderança, competência e compromisso com a melhoria dos serviços oferecidos à população. Desde 2021, Daiane exerce o cargo de subsecretária de atenção integral a cuidados primários, posição na qual tem desempenhado o papel fundamental na formulação e implementação de políticas públicas



voltadas ao fortalecimento da atenção primária em saúde, sempre com foco na gestão eficiente, no cuidado humanizado. Por sua dedicação, ética profissional e contribuições relevantes para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde em Nova Lima, Daiane Meire de Castro é digna de reconhecimento de aplausos por parte dessa Casa Legislativa. Por tudo isso, a Câmara Municipal manifesta o seu reconhecimento, admiração e gratidão à servidora Daiane Meire de Castro pelo seu comprometimento com a saúde pública, pela excelência do seu trabalho e pela contribuição significativa ao bem-estar da população nova-limense. Aprovado, onze votos. O vereador Silvânio Aguiar Silva cumprimentou todos os profissionais da Casa Legislativa pelo Dia do Servidor Público. O vereador Gliverson Júnio Dias Marques propôs requerimento, solicitando ao Poder Executivo a avaliação da viabilidade técnica e orçamentária para implantação de academia ao ar livre com parquinho, na Rua T, nº 23, Bairro Alto do Gaia, a pedido da mesma comunidade, formalizado via TAG, iniciativa que se alinha às políticas públicas de incentivo à atividade física, promoção de saúde e ocupação de espaços públicos. Solicita ainda a realização de capina e limpeza, de forma urgente, na Rua T, nº 23, Bairro Alto do Gaia, tendo em vista demanda encaminhada por moradores da comunidade local, em especial pela Sra. Patrícia Paixão. Afirma que tais serviços são essenciais para manutenção da saúde pública, prevenção de vetores e garantia de segurança e bem-estar aos cidadãos. Aprovado, onze votos. O vereador Abner Henrique Santana Soares propôs requerimento, solicitando a presença do Coronel Anderson, representante da Defesa Civil Municipal, em reunião plenária da Câmara, a fim de expor o plano de ação e contingenciamento

elaborado para o período chuvoso. Destacou que, com a proximidade dos meses de novembro a janeiro, cresce a preocupação com áreas de risco e pontos suscetíveis a deslizamentos e alagamentos em diversos bairros da cidade. Ressaltou que, embora a Prefeitura tenha recentemente executado obras preventivas importantes, ainda existem locais que demandam atenção e monitoramento constante, sobretudo em razão do aumento do volume pluvial. Explicou que o objetivo da convocação é possibilitar que o Coronel Anderson apresente de forma clara e objetiva as ações preventivas, medidas de resposta e orientações à população, incluindo canais de contato, procedimentos de segurança e fluxos de atendimento em casos de emergência. Afirmou que a iniciativa busca garantir transparência, planejamento e conscientização coletiva, assegurando que vereadores e munícipes estejam devidamente informados e preparados para o enfrentamento do período chuvoso. Aprovado, onze votos. O Senhor Presidente informou que não havia apresentação de oradores inscritos. Agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrados os trabalhos. _____